

B – Estatísticas judiciais do Tribunal de Primeira Instância

Actividade geral do Tribunal de Primeira Instância

1. Processos entrados, findos, pendentes (2000-2005)

Processos entrados

2. Tipos de processos (2000-2005)
3. Tipos de acções e recursos (2000-2005)
4. Objecto dos processos (2000-2005)

Processos findos

5. Tipos de processos (2000-2005)
6. Objecto dos processos (2005)
7. Objecto dos processos (2000-2005) (acórdãos e despachos)
8. Formação de julgamento (2000-2005)
9. Duração dos processos em meses (2000-2005) (acórdãos e despachos)

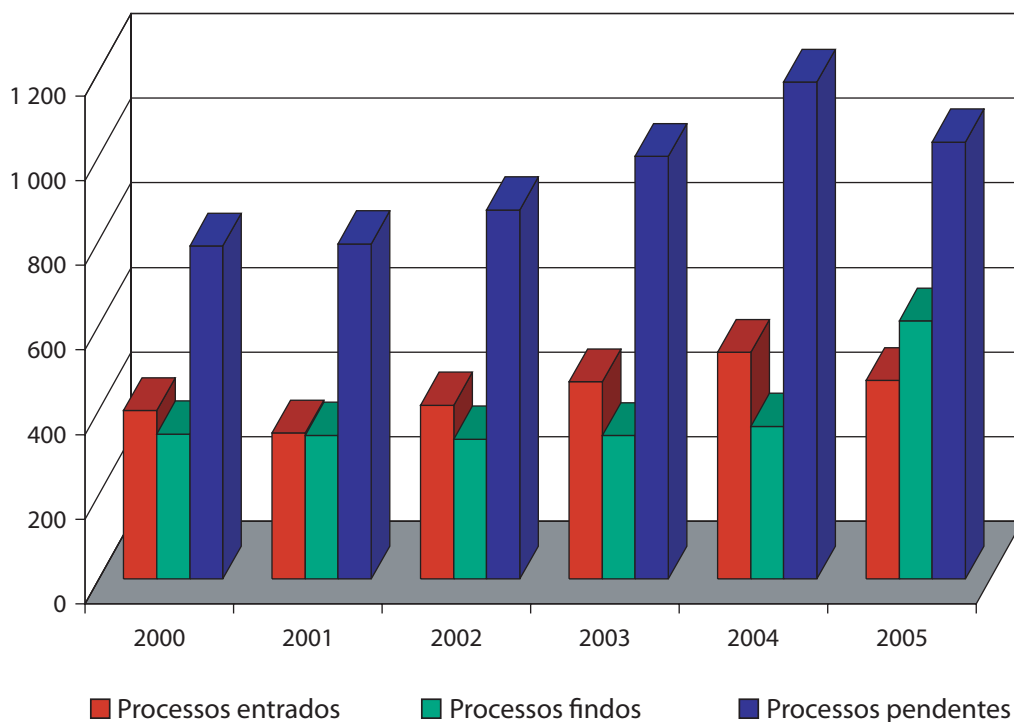
Processos pendentes em 31 de Dezembro

10. Tipos de processos (2000-2005)
11. Objecto dos processos (2000-2005)

Diversos

12. Processos de medidas provisórias (2000-2005)
13. Tramitação acelerada (2001-2005)
14. Decisões do Tribunal de Primeira Instância que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2005)
15. Resultados dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (2005) (acórdãos e despachos)
16. Evolução geral (1989-2005)
Processos entrados, findos, pendentes

1. Actividade geral do Tribunal de Primeira Instância – Processos entrados, findos, pendentes (2000-2005) ¹

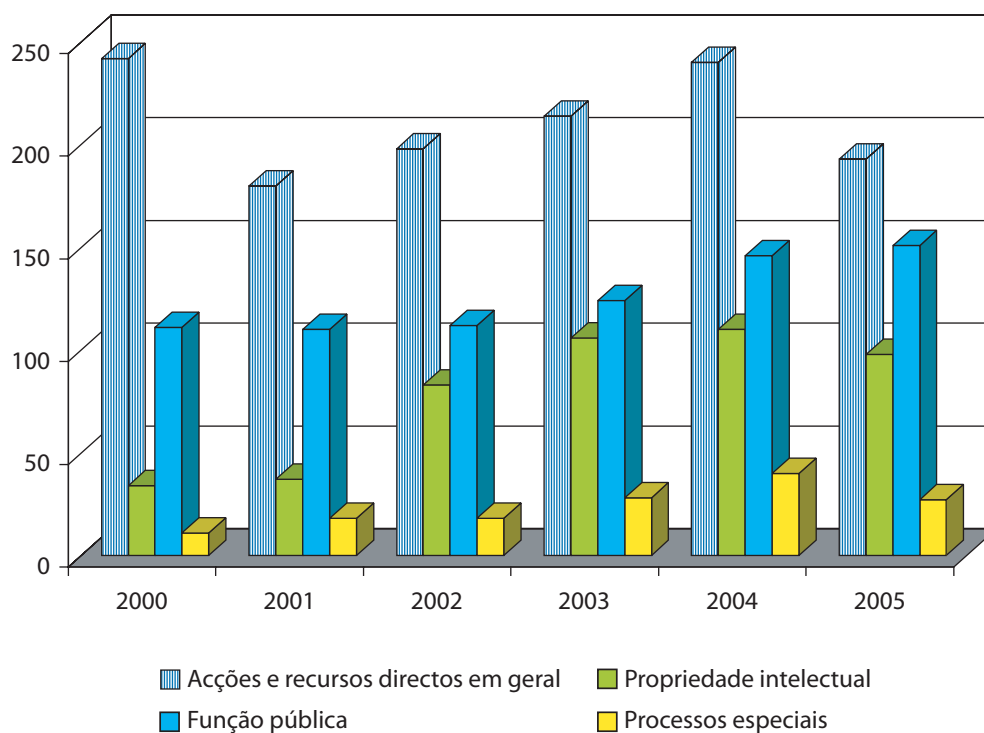


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Processos entrados	398	345	411	466	536	469
Processos findos	343	340	331	339	361	610
Processos pendentes	787	792	872	999	1 174	1 033

¹ Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes têm em conta os processos especiais.

Consideram-se «processos especiais»: oposição a um acórdão (artigo 41.º do Estatuto CE; artigo 122.º do Regulamento de Processo do TPI); oposição de terceiros (artigo 42.º do Estatuto CE; artigo 123.º do Regulamento de Processo do TPI); revisão de um acórdão (artigo 44.º do Estatuto CE; artigo 125.º do Regulamento de Processo do TPI); interpretação de um acórdão (artigo 43.º do Estatuto CE; artigo 129.º do Regulamento de Processo do TPI); fixação das despesas (artigo 92.º do Regulamento de Processo do TPI); assistência judiciária (artigo 94.º do Regulamento de Processo do TPI); e rectificação de um acórdão (artigo 84.º do Regulamento de Processo do TPI).

2. Processos entrados – Tipos de processos (2000-2005) ¹

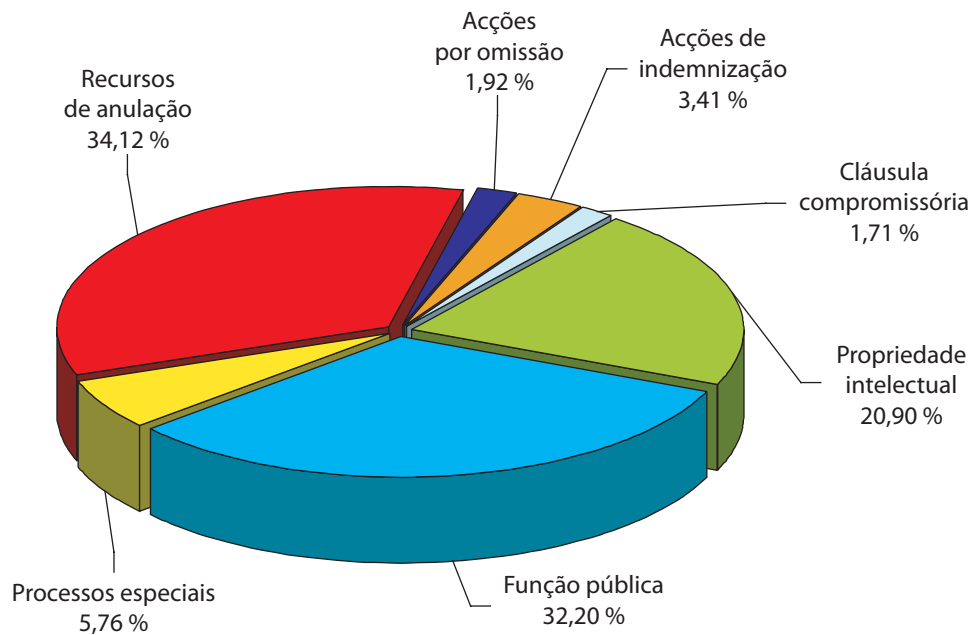


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Acções e recursos directos em geral	242	180	198	214	240	193
Propriedade intelectual	34	37	83	100	110	98
Função pública	111	110	112	124	146	151
Processos especiais	11	18	18	28	40	27
Total	398	345	411	466	536	469

¹ Neste quadro e nos quadros das páginas seguintes, a rubrica «Acções e recursos directos em geral» engloba todas as acções e recursos, com excepção dos recursos dos funcionários das Comunidades Europeias e dos recursos no domínio da propriedade intelectual.

3. Processos entrados – Tipos de acções e recursos (2000-2005)

Repartição em 2005

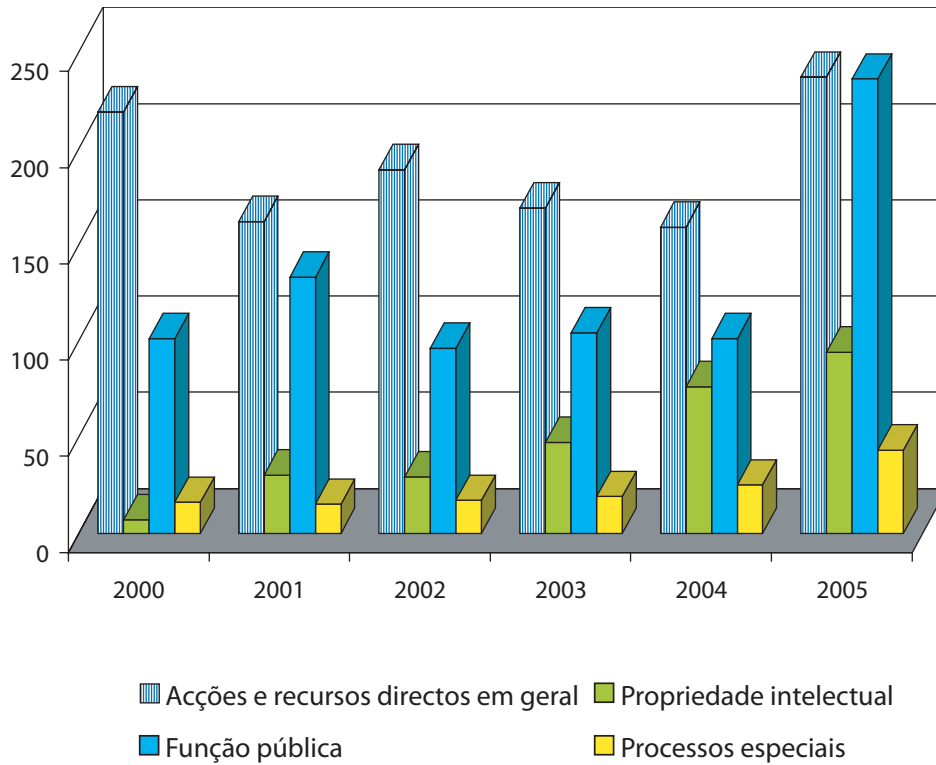


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Recursos de anulação	219	134	172	174	199	160
Acções por omissão	6	17	12	13	15	9
Acções de indemnização	17	21	12	24	18	16
Cláusula compromissória		8	2	3	8	8
Propriedade intelectual	34	37	83	100	110	98
Função pública	111	110	112	124	146	151
Processos especiais	11	18	18	28	40	27
Total	398	345	411	466	536	469

4. *Processos entrados – Objecto dos processos (2000-2005)*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Adesão de novos Estados				1	1	
Agricultura	18	17	9	11	25	21
Ambiente e consumidores	14	2	8	14	30	18
Aproximação das legislações		2	1	3	1	
Associação dos países e territórios ultramarinos	6	6		1		
Auxílios de Estado	80	42	51	25	46	25
Cidadania europeia	2					
Cláusula compromissória		2	1			2
Concorrência	36	36	61	43	36	40
Cultura	2	1				
Direito das sociedades	4	6	3	3	6	12
Direito institucional	24	16	17	26	33	28
Energia		2		2		
Fiscalidade			1	5		
Investigação, informações, educação, estatísticas	1	3	1	3	6	9
Justiça e assuntos internos		1	1			1
Liberdade de estabelecimento	7	1			1	
Livre circulação de mercadorias	2	1			1	
Livre circulação de pessoas	1	3	2	7	1	2
Pauta aduaneira comum	1	2			1	
Política comercial	8	4	5	6	12	5
Política das pescas	5	6	3	25	3	2
Política económica e monetária						1
Política externa e de segurança comum	1	3	6	2	4	
Política regional		1	6	7	10	12
Política social	7	1	3	2	5	9
Propriedade intelectual	34	37	83	101	110	98
Recursos próprios das Comunidades						2
Relações externas	8	14	8	10	3	2
Transportes		2	1	1	3	
União aduaneira	14	2	6	5	11	2
Total Tratado CE	275	213	277	303	349	291
Total Tratado CA	1	4	2	11		
Total Tratado EA			2		1	
Estatuto dos Funcionários	111	110	112	124	146	151
Processos especiais	11	18	18	28	40	27
TOTAL GERAL	398	345	411	466	536	469

5. Processos findos – Tipos de processos (2000-2005)



	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Acções e recursos directos em geral	219	162	189	169	159	237
Propriedade intelectual	7	30	29	47	76	94
Função pública	101	133	96	104	101	236
Processos especiais	16	15	17	19	25	43
Total	343	340	331	339	361	610

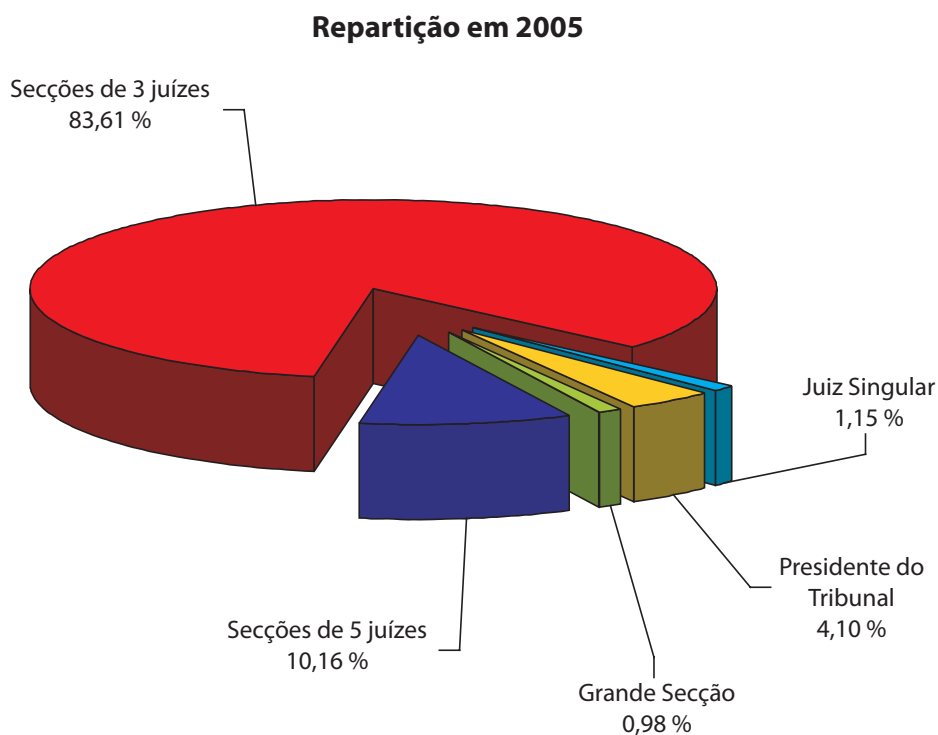
6. Processos findos – Objecto dos processos (2005)

	Acórdãos	Despachos	Total
Agricultura	5	29	34
Ambiente e consumidores	6	13	19
Associação dos países e territórios ultramarinos	1	3	4
Auxílios de Estado	12	41	53
Cláusula compromissória		1	1
Concorrência	23	12	35
Direito das sociedades	2	4	6
Direito institucional	8	27	35
Investigação, informações, educação, estatísticas		1	1
Justiça e assuntos internos		1	1
Liberdade de estabelecimento		1	1
Livre circulação de mercadorias		1	1
Livre circulação de pessoas	1		1
Política comercial	3	4	7
Política das pescas	1	1	2
Política externa e de segurança	2	3	5
Política regional	3	1	4
Política social	1	5	6
Propriedade intelectual	69	25	94
Relações externas	7	4	11
Transportes		1	1
União aduaneira	4	3	7
Total Tratado CE	148	181	329
Total Tratado CA		1	1
Total Tratado EA	1		1
Estatuto dos Funcionários	73	163	236
Processos especiais		43	43
TOTAL GERAL	222	388	610

7. *Processos findos – Objecto dos processos (2000-2005)* (acórdãos e despachos)

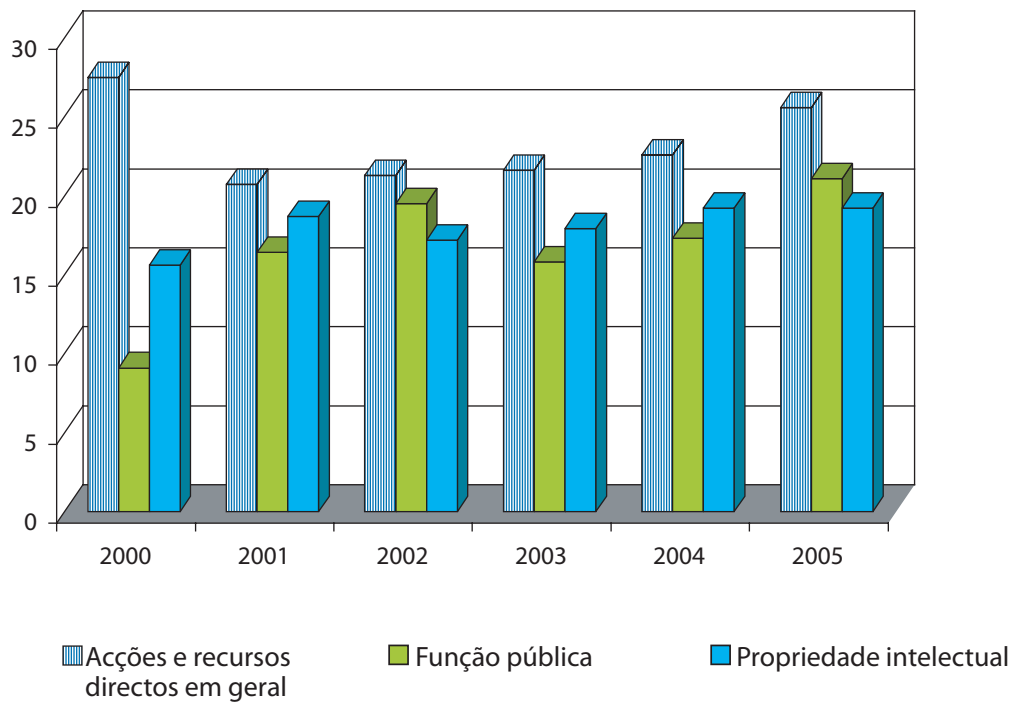
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Adesão de novos Estados				1		
Agricultura	14	47	28	21	15	34
Ambiente e consumidores	7		12	9	4	19
Aproximação das legislações			2	1	3	
Associação dos países e territórios ultramarinos	1	2	6	4		4
Auxílios de Estado	35	12	31	26	54	53
Cidadania europeia	1	1				
Cláusula compromissória	2			1	2	1
Concorrência	61	21	40	38	26	35
Cultura			2	1		
Direito das sociedades	4	4	4	2	2	6
Direito institucional	31	19	15	20	16	35
Fiscalidade				5	1	
Investigação, informações, educação, estatísticas	1		2	4		1
Justiça e assuntos internos			1	1		1
Liberdade de estabelecimento	3	4	2			1
Livre circulação de mercadorias			2		1	1
Livre circulação de pessoas	1	2		8	2	1
Livre prestação de serviços	1					
Pauta aduaneira comum		3		2		
Política comercial	17	5	6	6	1	7
Política das pescas	1	7	2	2	6	2
Política externa e de segurança comum		3			2	5
Política regional	5		1		4	4
Política social	18	2	2	1	4	6
Propriedade intelectual	7	30	29	47	76	94
Relações externas	6	2	6	11	7	11
Transportes	2		2	2	1	1
União aduaneira	5	15	18	3	3	7
Total Tratado CE	223	179	213	216	230	329
Total Tratado CA	3	10	4		5	1
Total Tratado EA		1	1			1
Estatuto dos Funcionários	101	135	96	104	101	236
Processos especiais	16	15	17	19	25	43
TOTAL GERAL	343	340	331	339	361	610

8. Processos findos – Formação de julgamento (2000-2005)



	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Grande Secção						6
Secções de 5 juizes	112	42	64	39	64	62
Secções de 3 juizes	213	280	257	277	276	510
Juiz Singular	15	12	6	15	14	7
Presidente do Tribunal	3	6	4	8	7	25
Total	343	340	331	339	361	610

9. Processos findos – Duração dos processos em meses (2000-2005) ¹ (acórdãos e despachos)

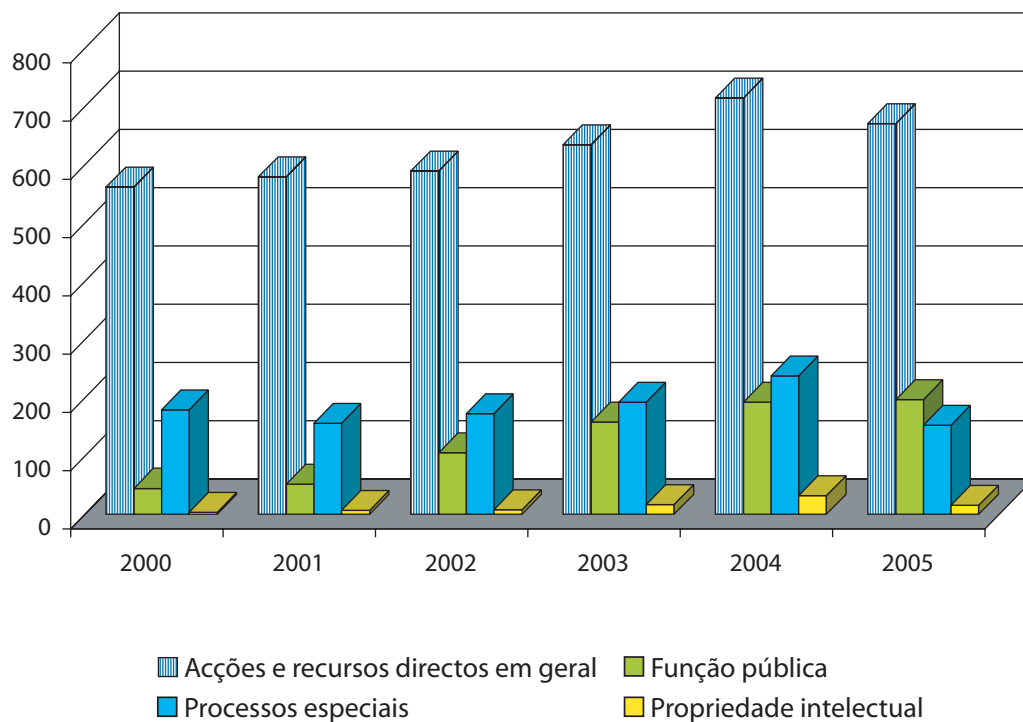


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Acções e recursos directos em geral	27,5	20,7	21,3	21,6	22,6	25,6
Função pública	9,1	16,4	19,5	15,8	17,3	21,1
Propriedade intelectual	15,6	18,7	17,2	17,9	19,2	19,2

¹ O cálculo da duração média dos processos não tem em conta: processos decididos por acórdão interlocutório; processos especiais; processos remetidos pelo Tribunal de Justiça após a alteração da repartição de competências entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância; processos remetidos pelo Tribunal de Primeira Instância após a entrada em funções do Tribunal da Função Pública.

As durações são expressas em meses e em décimos de mês.

10. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Tipos de processos (2000-2005)

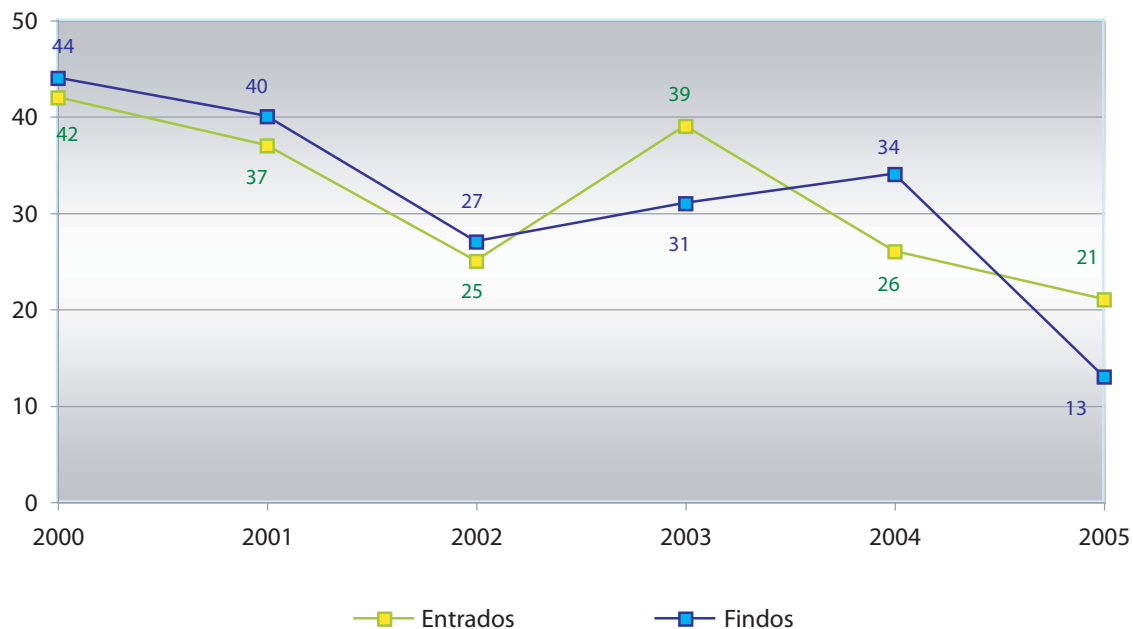


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Acções e recursos directos em geral	561	579	588	633	714	670
Função pública	44	51	105	158	192	196
Processos especiais	179	156	172	192	237	152
Propriedade intelectual	3	6	7	16	31	15
Total	787	792	872	999	1 174	1 033

11. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Objecto dos processos (2000-2005)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Adesão de novos Estados					1	1
Agricultura	144	114	95	85	95	82
Ambiente e consumidores	15	17	13	18	44	43
Aproximação das legislações		2	1	3	1	1
Associação dos países e territórios ultramarinos	11	15	9	6	6	2
Auxílios de Estado	177	207	227	226	218	190
Cidadania europeia	1					
Cláusula compromissória		2	3	2		1
Concorrência	78	93	114	119	129	134
Cultura	2	3	1			
Direito das sociedades	4	6	5	6	10	16
Direito institucional	27	24	26	32	49	42
Energia		2	2	4	4	4
Fiscalidade			1	1		
Investigação, informações, educação, estatísticas	1	4	3	2	8	16
Justiça e assuntos internos		1	1			
Liberdade de estabelecimento	5	2			1	
Livre circulação de mercadorias	2	3	1	1	1	
Livre circulação de pessoas		1	3	2	1	2
Pauta aduaneira comum	3	2	2		1	1
Política comercial	16	15	14	14	25	23
Política das pescas	8	7	8	31	28	28
Política económica e monetária						1
Política externa e de segurança comum	3	3	9	11	13	8
Política regional		1	6	13	19	27
Política social	4	3	4	5	6	9
Propriedade intelectual	44	51	105	159	193	197
Recursos próprios das Comunidades						2
Relações externas	9	21	23	22	18	9
Transportes	1	3	2	1	3	2
União aduaneira	33	20	8	10	18	13
Total Tratado CE	588	622	686	773	892	854
Total Tratado CA	14	8	6	17	12	11
Total Tratado EA	1		1	1	2	1
Estatuto dos Funcionários	181	156	172	192	237	152
Processos especiais	3	6	7	16	31	15
TOTAL GERAL	787	792	872	999	1.174	1.033

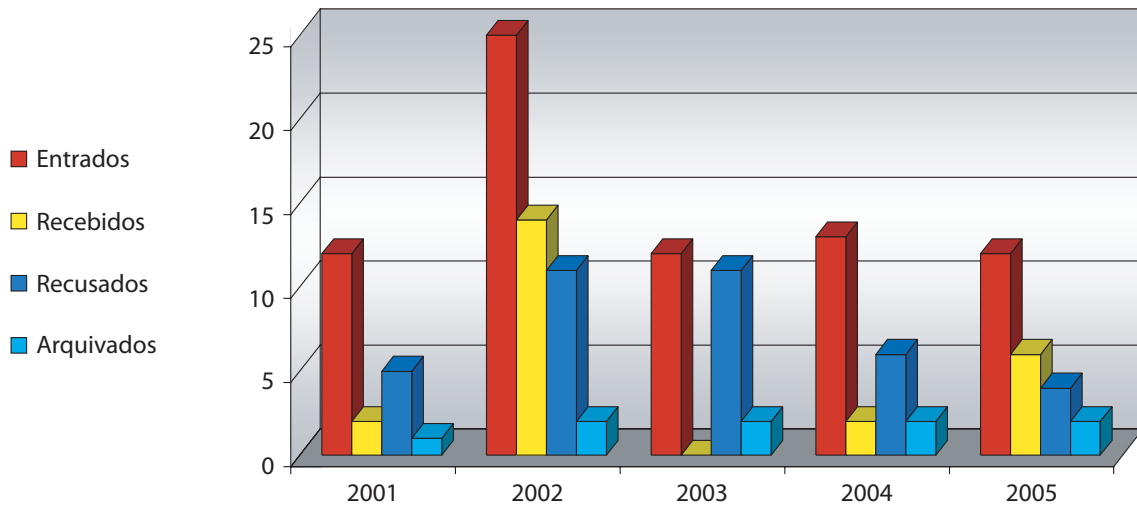
12. Diversos – Processos de medidas provisórias (2000-2005)



Repartição em 2005

	Processos de medidas provisórias entrados	Processos de medidas provisórias findos	Sentido da decisão		
			Indeferimento	Deferimento	Cancelamento/ Não conhecimento do mérito
Ambiente e consumidores	2	1			1
Auxílios de Estado	2				
Concorrência	6	5	3		2
Direito das sociedades	5	3	3		
Política regional	1	1	1		
Total Tratado CE	16	10	7		
Estatuto dos Funcionários	5	3	1		2
TOTAL GERAL	21	13	8		5

13. Diversos – Tramitação acelerada (2001-2005)

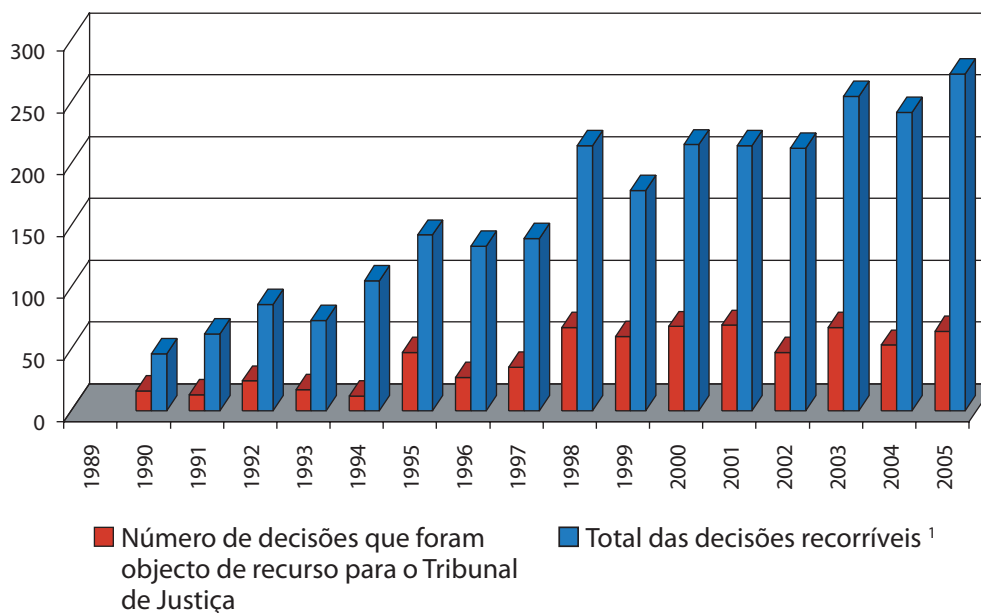


	2001				2002				2003				2004				2005			
	Entrados	Sentido da decisão			Entrados	Sentido da decisão			Entrados	Sentido da decisão			Entrados	Sentido da decisão			Entrados	Sentido da decisão		
		Recebidos	Recusados	Arquivados		Recebidos	Recusados	Arquivados		Recebidos	Recusados	Arquivados		Recebidos	Recusados	Arquivados		Recebidos	Recusados	Arquivados
Agricultura				1				1	2							2				
Ambiente e consumidores								1	1	1	1			2	1		1			
Auxílios de Estado	3	2		2	3	3	3	2	1											
Concorrência	1			15	13	2	1	1	1	3				2	3	2				
Direito das sociedades										4	1	2		3	2	1	1			
Direito institucional	3	1	1	2	3	5	4			1	2		1		1					
Estatuto dos Funcionários	3	3		2	1	1				1	1									
Investigação, informações, educação, estatísticas				1					1											
Livre circulação de pessoas										1			1							
Política comercial	1	1		1	1															
Política das pescas										1	1									
Política externa e de segurança comum	1				1															
Recursos próprios das Comunidades														2						
Relações externas				1	1			1	1											
Transportes										1			1							
Total	12	2	5	1	25	14	11	2	12	11	2	13	2	6	2	12	6	4	2	

O tratamento acelerado de um processo no Tribunal de Primeira Instância pode ser concedido com base no artigo 76.º-A do Regulamento de Processo. Esta disposição é aplicável desde 1 de Fevereiro de 2001.

Incluem-se na categoria «arquivados» os seguintes casos: desistência do pedido, desistência da instância e casos em que o processo é decidido através de despacho antes de se decidir o pedido de tramitação acelerada.

14. Diversos – Decisões do TPI que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2005)



	Número de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça	Total das decisões recorríveis ¹
1989		
1990	16	46
1991	13	62
1992	24	86
1993	17	73
1994	12	105
1995	47	142
1996	27	133
1997	35	139
1998	67	214
1999	60	178
2000	68	215
2001	69	214
2002	47	212
2003	67	254
2004	53	241
2005	64	272

¹ Total das decisões recorríveis - acórdãos e despachos de inadmissibilidade, de medidas provisórias, de não conhecimento do mérito e de indeferimento do pedido de intervenção - transitadas em julgado ou das quais foi interposto recurso.

15. *Diversos* – Resultados dos recursos de decisões do TPI (2005) (acórdãos e despachos)

	Inadmissibilidade/ /Improcedência	Anulação total ou parcial sem remessa ao TPI	Anulação total ou parcial com remessa ao TPI	Cancelamento/ Não conhecimento do mérito	Total
Agricultura	1	1			2
Ambiente e consumidores	1	1			2
Aproximação das legislações	2				2
Associação dos países e territórios ultramarinos	2				2
Auxílios de Estado	2	1			3
Concorrência	12	2		1	15
Direito institucional	8				8
Estatuto dos Funcionários	5				5
Livre circulação de pessoas	1				1
Pauta aduaneira comum	1				1
Política comercial	1				1
Propriedade intelectual	3	1		1	5
Relações externas	2				2
União aduaneira		1			1
Total	41	7		2	50

16. Diversos – Evolução geral (1989-2005)

Processos entrados, findos, pendentes

	Processos entrados ¹	Processos findos	Processos pendentes em 31 de Dezembro
1989	169	1	168
1990	59	82	145
1991	95	67	173
1992	123	125	171
1993	596	106	661
1994	409	442	628
1995	253	265	616
1996	229	186	659
1997	644	186	1 117
1998	238	348	1 007
1999	384	659	732
2000	398	343	787
2001	345	340	792
2002	411	331	872
2003	466	339	999
2004	536	361	1 174
2005	469	610	1 033
Total	5 824	4 791	

¹ 1989: 153 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça para o recém-criado Tribunal de Primeira Instância.

1993: 451 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao primeiro alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

1994: 14 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao segundo alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

2004-2005: 25 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao terceiro alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

2005: 117 processos remetidos pelo Tribunal de Primeira Instância para o recém-criado Tribunal da Função Pública.